

Jornal SAE DF

ÓRGÃO INFORMATIVO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO

Filiado à CUT e CNTE

FUNDADO DESDE 1982

Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal

Educação OUTUBRO/2015

ESTAMOS EM GREVE
CARREIRA ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO
CALOTE NÃO

Em assembleia realizada nesta segunda-feira, dia 19 de outubro de 2015, categoria decide por entrar em greve por tempo indeterminado contra os calotes do GDF.

Desta vez a decisão pela greve não foi motivada simplesmente pelo não atendimento de reivindicações que poderiam se transformar em direitos. Ela se instalou porque o Governador Rollemberg decidiu não pagar direitos trabalhistas assegurados em leis há anos. Entre os direitos desrespeitados estão:

- > a implantação da terceira fase de reestruturação da carreira;
- > o reajuste do valor do auxílio-alimentação; e
- > o pagamento da licença-prêmio não gozada em dinheiro quando da aposentadoria.

Em face da situação, é importante deixarmos bem claro para a base e para a sociedade os motivos mais que legítimos que nos levaram ao movimento grevista, conforme segue:

CALOTE 1

As tabelas de vencimentos que reestruturaram o sistema de remuneração da nossa carreira estão previstas nos Anexos II, III e IV da Lei nº 5.106/2013. Essas tabelas dividiram a reestruturação em três fases. A primeira fase foi implantada em setembro de 2013. A segunda, em setembro de 2014.



Em setembro de 2015 seria implantada a terceira e última fase. Esta última fase, embora se trate de uma determinação legal, o Governador Rodrigo Rollemberg resolveu descumprir.

CALOTE 2

O reajuste do auxílio-alimentação é uma determinação prevista no inciso IV, do artigo 112 da Lei nº 840/2011. Esta Lei, que instituiu o Regime Jurídico Único dos servidores públicos do Distrito Federal, foi aprovada no governo anterior depois de amplo debate envolvendo todos os segmentos de servidores

públicos do Distrito Federal. Mas o Governador Rodrigo Rollemberg resolveu desobedecer à determinação prevista nessa Lei de reajustamento anual do auxílio-alimentação.

CALOTE 3

É também a Lei nº 840/2011 que determina em seu artigo 142 que “os períodos de licença-prêmio adquiridos e não gozados são convertidos em pecúnia, quando o servidor for aposentado”. O Governador Rollemberg, frustrando as expectativas de muita gente e de suas famílias, desobedeceu mais essa determinação legal e suspendeu esses pagamentos.

OUTROS ATAQUES AOS NOSSOS DIREITOS

As ameaças de extinção da licença-prêmio, a desvinculação do pagamento do 13º da folha normal e o conseqüente adiamento desse pagamento mês a mês, ameaça de reforma previdenciária, programa de desligamento voluntário, entre outras, são medidas anunciadas que somam a esse pacote de ataques aos nossos direitos duramente conquistados.

PRECEDENTES PERIGOSOS

As medidas já colocadas em prática ou anunciadas pelo Governador Rollemberg, no tocante à gestão de pessoal, claramente, não se referem a mero “ajuste fiscal”.

Extinção de licença-prêmio, plano de desligamento voluntário, ataque à organização em carreiras dos servidores públicos, privatização previdenciária, aversão ao regime jurídico, entre outras situações similares, nada mais são do que políticas de gestão pública afinadas com a construção neoliberal requeitada do chamado “estado mínimo”.

A tentativa de construção dessa política tornou-se mais evidente no Governo FHC (PSDB), na segunda metade da década de 90, no âmbito da gestão pública federal.



A título de exemplo, a Reforma Administrativa (Emenda Constitucional nº 19, de 1998), simplesmente acabaria com a obrigatoriedade de a União, Estados, Municípios e o Distrito Federal organizarem seus servidores em carreiras. Ou seja, acabaria com as carreiras. Poria fim também ao Regime Jurídico Único, abrindo a possibilidade de contratação indiscriminada de servidores celetistas, sem direito à estabilidade.

Felizmente, essa parte da reforma foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, que a considerou inconstitucional, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2135/2000.

Portanto, justifica-se a nossa greve também porque as medidas do Governador constituem-se em precedentes perigosos para o conjunto dos servidores públicos do Distrito Federal e para a sociedade.

A IMPORTÂNCIA DA ADESÃO DE TODOS E TODAS

Agora, decretada a greve e esclarecida sua motivação, é o momento de todas e todos nos unirmos rumo ao fortalecimento da luta, aderindo à greve, comparecendo às assembleias e ajudando a mobilizar a base.

É de fundamental importância que, em um momento como esse, os interesses coletivos prevaleçam sobre nossos propósitos pessoais, pois as medidas do Governador nos atinge a todos e todas de igual maneira.



#somostodoseducadores